

Sistema de governo: o impasse persiste.

Ulysses reuniu as lideranças na tentativa de acordo, mas Covas acha que sistema de governo é o primeiro assunto da Comissão de Sistematização nessa fase.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, vai reunir-se quinta-feira com as lideranças partidárias, na tentativa de chegar a um acordo capaz de ordenar os trabalhos da Comissão de Sistematização a partir do dia 18 deste mês. Ontem, durante mais de três horas, em sua residência oficial, Ulysses não conseguiu definir com numerosos constituintes, de diferentes partidos, o comportamento da comissão em relação ao sistema de governo. O líder do PMDB na Assembléia Constituinte, senador Mario Covas, insistiu na sua posição de que a primeira matéria a ser definida naquela comissão deveria ser o sistema de governo.

Vários outros opinaram ao contrário, de que o sistema de governo só deveria ser definido no final dos trabalhos desta fase da comissão, isto é, 2 de outubro. Ulysses Guimarães e os parlamentares presentes aceitaram realizar reuniões diárias a partir de amanhã, até o dia 18, na Comissão de Sistematização, sobre temas constitucionais. Poderão participar dos debates parlamentares que não integram a Comissão de Sistematização. Na reunião de ontem, das 16 às 19h30, participaram, entre outros, Afonso Arinos, Mario Covas, Bernardo Cabral, José Richa, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Konder Reis, Nelson Jobim e Adolfo Oliveira (PL).

O deputado Alcení Guerra (PFL-PR), que também participou da reunião, justificou sua presença: "É preciso negociar muito para se chegar a um acordo. Ninguém tem votos suficientes para aprovar um sistema misto de governo dentro da Comissão de Sistematização".

A mesma preocupação ocupou parte do sábado de Ulysses Guimarães, que se reuniu com o ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, na residência do ministro e depois foi caminhar com ele na ciclovia do Lago Paranoá. Segundo informações de assessores, os dois concluíram que é preciso chegar a uma fórmula consensual sobre o sistema de governo que evite o confronto da Constituinte com o presidente Sarney. Nenhum dos dois, entretanto, se arriscou a fazer uma previsão sobre a tendência da Assembléia, embora tenham sido informados pelo líder Fernando Henrique Cardoso de que a maioria da Comissão de Sistematização é favorável ao parlamentarismo.

Milhares de emendas

Até quinta-feira deverão estar impressos 35.110 emendas oferecidas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, para a discussão no plenário da Comissão de Sistematização a partir de amanhã. Do total das emendas apresentadas até o prazo fatal, sábado último à meia-noite, 31 mil já começaram a ser impressas pelo centro gráfico.

O número recorde de emendas, quase 10 mil a mais em relação ao total oferecido na primeira fase, vai exigir da Comissão de Sistematização a realização de três reuniões diárias durante 10 dias, menos às quartas-feiras, quando se realizarão sessões plenárias da Constituinte. Ao total, serão 120 horas de debate, com o tempo de 15 minutos para cada constituinte. O substitutivo final de Bernardo Cabral será conhecido no dia 15, com sua discussão até o dia 17. Nos dias 18 e 19, os constituintes poderão apresentar requerimentos de destaques, para votação de dispositivos do substitutivo em separado, a partir do dia 21 e até o dia 2 de outubro.

Para a aprovação ou rejeição de destaques, o quórum na Comissão de Sistematização, que tem 93 membros, é de 47 votos.

Paralelamente à discussão, o relator Bernardo Cabral e seus auxiliares voltarão a trabalhar em regime de tempo integral na sede do setor de informática do Senado, o Prodasen, para preparar o novo substitutivo, que dará origem ao projeto de Constituição a ser debatido e votado no plenário da Constituinte no dia 5 de outubro.

De qualquer forma, o grupo dos 32, que atuou nas fases iniciais da Constituinte, não será dissolvido. Permanecerá unido até a promulgação da nova Constituição, sob a liderança dos senadores José Richa (PMDB) e Virgílio Távora (PDS).

Richa, agora um dos relatores-adjuntos de Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização, comprometeu-se a reunir-se com o grupo periodicamente, para prestar e receber sugestões e informações sobre as novas fases de elaboração da nova Constituição.



Bonifácio



Arinos



Richa



Covas



Cabral



Guerra

Quando foi composta a Aliança Democrática, ainda sob o patrocínio de Tancredo Neves, o documento que compôs, conciliando os contrastes do PMDB e da Frente Liberal, herdeira de parcela da Arena, levou quase dois meses para obter uma redação de consenso.

Os líderes partidários deixavam Brasília nos fins de semana e ficavam a trocar rascunhos o representante do PFL e o líder do PMDB que revisavam o documento.

As alterações do texto eram feitas à base de sugestões ou observações a mão no próprio documento, por Tancredo, Ulysses, Aureliano, Sarney, Bornhausen, Marco Maciel, na tentativa de composição das áreas em conflito doutrinário e político.

A reforma agrária, no documento, ficou reduzida à proposta da aplicação do Estatuto da Terra e a condenação da alta taxa de juros converteu-se em condenação do alto custo do dinheiro!

Mas a Aliança Democrática compôs a primeira fase da transição e hoje é estigmatizada pelos amigos de Sarney como a Aliança da infidelidade. Infidelidade ao governo, dizem uns; infidelidade ao programa, afirmam outros.

Na hora do loteamento de cargos, após o pleito do Cruzado I, numa disputa acirrada, as divergências se aprofundaram e, hoje, contando com a maioria absoluta da Constituinte, não consegue funcionar harmonicamente. E é essa situação que não convence a lógica militar do general Leônidas, nem tranquiliza o presidente. Com suas contas sem rodeio, o ministro do Exército não entende como a maioria não se comporta como grupo majoritário.

Esta situação levou o governo a uma intervenção cada dia mais direta sobre os constituintes.

Várias emendas, preparadas no Palácio do Planalto, chegaram com recomendação expressa para sua formalização.

Diversos deputados foram escolhidos para a apresentação das propostas de interesse do governo. Theodoro Mendes (PMDB-SP) subscreveu uma emenda presidencialista.

A estratégia montada em Palácio, com a assistência do antigo assessor de todas as lideranças da Arena e do PDS, o dr. Hargreaves, foi a da apresentação até à meia-noite de sábado, das emendas à Comissão de Sistematização, escolhendo os constituintes que deveriam subscrevê-las e instruindo-os quanto à formalização dos requerimentos de destaque naquele órgão, especialmente quanto ao sistema de governo e o período do mandato presidencial.

Freitas Nobre



A aliança da infidelidade

Como não foram admitidos substitutos ao texto de Bernardo Cabral, o caminho foi propor emendas autônomas, embora alcançando seções e capítulos inteiros.

Se fôssemos dar credibilidade aos cálculos para a votação na Comissão, ora a favor do presidencialismo, ora a favor do parlamentarismo, esse órgão, em lugar de 93 membros, estaria com o dobro, pois se contraditam os cálculos do líder do governo e dos líderes do PMDB. Mas se sabe que ali predomina o parlamentarismo e sobre essa prevalência — procurando um acordo — o senador Afonso Arinos conversou, ontem à tarde, com o presidente Ulysses Guimarães, na residência deste, em Brasília.

O fato, porém, é que, para não distanciar-se muito dos prazos e da intenção de promulgar a Constituição dia 15 de novembro, o presidente da Constituinte procura reduzir etapas para compensar as prorrogações já autorizadas.

Assim, o relator espera entregar até o dia 15 seu novo substitutivo, calculando que o projeto, com os requerimentos de destaque apresentados entre os dias 18 e 20, esteja sendo votado a partir do dia 21, com a palavra concedida por 15 minutos a cada um dos integrantes da Comissão. Se todos os 93 falassem, seriam necessários 1.395 minutos, ou seja, 29 dias corridos, num cálculo de oito horas de sessões diárias.

Como poucos falam, embora alguns falem demais, calcula-se que em nove dias, ou seja, no dia 30 de setembro, o trabalho da Comissão estará concluído, verificando-se a votação no dia 4 de outubro e o início da discussão e votação em plenário da Constituinte a partir do dia 5 do mesmo mês.

O jogo na Comissão, que recebeu até sábado cerca de 15.000 emendas, é tão pesado, que o deputado Israel Pinheiro Filho, adepto do parlamentarismo e primeiro suplente em exercício, segundo anunciou o

governador Newton Cardoso, deverá voltar à suplência, embora para isso seja necessário devolver à Constituinte outros três suplentes, Mendonça Moraes, Paulo Almada e Sérgio Nahia, que ocupam as vagas de Mello Freire, Luis Leal, Genésio Bernardino e José da Conceição Santos. A prática, aliás, não é nova. A ditadura foi pródiga nesse expediente, especialmente no caso das Comissões de Inquérito.

O relator tem uma posição firmada quanto às emendas e os entendimentos realizados nos últimos dias: as que obtiverem consenso entram no texto novo, mantendo-se a redação do atual substitutivo quando não ocorrer essa hipótese. E o plenário decidirá as questões polêmicas quando votar os requerimentos de destaque, que podem ser apresentados tanto na Comissão quanto na Constituinte plena.

A tensão, no entanto, não impede que os parlamentares se distraiam com as referências jocosas ao clube da cachaça, nascido em contraposição ao clube do poire, ou a confrontação dos números de Luiz Henrique, Carlos Sant'Anna e Fernando Henrique.

Luiz Henrique repete em todas as reuniões de grupos o resultado do levantamento que fez o pedido do presidente do PMDB e que é amplamente favorável ao parlamentarismo. Fernando Henrique transmite em reuniões, como a realizada no apartamento do deputado Cid Carvalho, a informação que transmitiu ao ministro-chefe do SNI de que o sistema parlamentarista vence o presidencialismo de 2 e 1 e que, se o presidente Sarney insistir nas emendas que ignorem essa realidade, crescerá a campanha das diretas.

Convocados, os dirigentes das estatais também entraram em ação, à maneira de como fez o presidente da Portobrás, Carlos Teófilo, que na última semana levou para jantar em sua residência duas dezenas de constituintes.

A manifestação de Mário Covas, por outro lado, contra a ida a Palácio da comissão integrada por Afonso Arinos, Richa e Cid Carvalho, para um entendimento com o presidente Sarney, considerada pelo líder como uma ameaça à soberania da Constituinte, provocou uma retração da ação oficial que, por certo, resolveu trabalhar, agora com mais discrição.

A realidade é que os grupos estão substituindo os partidos.

E com a erosão das legendas, a recomposição partidária vai-se fazendo antes mesmo que a Constituinte complete seu trabalho.

A proposta do parlamentarismo lento, seguro e gradual.

Eleições presidenciais diretas a 15 de novembro de 1990 e posse do sucessor de Sarney a 15 de janeiro ou 15 de março de 1991, com mandato de seis anos, ao atual presidente, e sistema parlamentarista a ser adotado, efetivamente, no início de 1990, é a mais recente proposta do bloco parlamentarista, já levada ao conhecimento do Palácio do Planalto.

A emenda, formalizada sábado à noite ao substitutivo Bernardo Cabral, estabelece que do início de 1988 até março de 1990 o primeiro-ministro não terá funções de chefe de governo, devendo exercer atribuições que lhe forem delegadas pelo presidente da República.

A proposta é de autoria do vice-líder do PDS, deputado Bonifácio de Andrada (MG), com o "de acordo" de José Richa, Afonso Arinos, Cid Carvalho, e outros do "grupo dos 32".

O subchefe do Gabinete Civil para Assuntos Parlamentares, Henrique Hargreaves, ainda no sábado à noite, conseguiu cópia para levá-la ao ministro Ronaldo Costa Couto. O chefe do Gabinete Civil já deu conhecimento da matéria ao presidente Sarney. Os parlamentaristas acreditam que a emenda de **Andradinha** — filho do ex-líder da Arena, José Bonifácio — poderá ser um "passo importante" nos entendimentos com o governo e com os presidencialistas, na busca de solução ao "impasse" sobre sistema de governo.

Bonifácio de Andrada atendeu, principalmente, ponderações do senador José Richa, dos mais ligados a Sarney, na sugestão de implantar gradualmente o sistema parlamentarista. O ex-governador do Paraná tem posição conhecida, de lutar contra a redução do mandato e das atribuições do atual presidente da República. Pelo temperamento de Bernardo Cabral, não será difícil ao relator da Constituinte concordar com a proposta de parlamentarismo lento, seguro e gradual.

Pela emenda de **Andradinha**, o primeiro-ministro somente exercerá funções de chefe de governo a partir da instalação da sessão legislativa de 1990 — primeiro de março.

Dentro de 90 dias após a promulgação da nova Constituição — possivelmente no início de março do próximo ano — o presidente Sarney terá que indicar o primeiro-ministro e os demais ministros à Câmara dos Deputados. O presidente delegará ao primeiro-ministro as atribuições que julgar convenientes às atividades do seu governo, podendo, a qualquer tempo, exonerar o primeiro-ministro e os demais ministros sem audiência da Câmara dos Deputados.

O primeiro-ministro transmitirá à Câmara o programa de governo para o exercício administrativo, logo após a nomeação. O primeiro-ministro terá que comparecer mensalmente ao plenário da Câmara para debater questões relativas ao programa de governo.

Embora nomeado no início de 1988, somente a partir da primeira semana de 1989 o primeiro-ministro poderá ser submetido a voto de confiança da Câmara. Para o voto de desconfiança será necessário o pronunciamento de pelo menos dois terços da Câmara. O voto de desconfiança implicará na destituição de todo o ministério. O presidente indicará outro primeiro-ministro e, na segunda recusa pela Câmara, a indicação será de livre escolha do presidente.

As eleições presidenciais diretas serão realizadas a 15 de novembro de 1990 — implicando em mandato de seis anos a Sarney. O sucessor do atual presidente tomará posse a 15 de janeiro ou 15 de março de 1991, em pleno sistema parlamentarista.